

Cooperação em Defesa Brasil-Rússia: uma análise das iniciativas e obstáculos desde 1990

Brazil-Russia Defense Cooperation: An analysis of initiatives and obstacles since 1990

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025018, 2025, p. 1–27
ISSN 2358-3932

MARIA EDUARDA CARVALHO DE ARAUJO

INTRODUÇÃO

No final do século XX, o mundo passava por mudanças geopolíticas marcadas pela transição de uma ordem global bipolar para uma hegemonia liderada pelos Estados Unidos da América (EUA). No contexto do fim da Guerra Fria e o início do século XXI, surgiram esforços de reconfigurar os laços entre países que anteriormente se encontravam distantes por questões de rivalidades ideológicas, como no caso do Brasil e da Rússia (Novitsky 2020). À medida que ambos os países passavam pelo processo de redemocratização, viram a oportunidade de redefinir seu papel na política externa global, enfrentando, todavia, a pressão da nova ordem internacional liberal para ajustar suas políticas externas de acordo (Pecequilo 2008).

Dessa forma, a relação entre Brasil e Rússia evoluiu desde 1990 de uma interação limitada e comercialmente esporádica para uma parceria com sinais promissores em áreas estratégicas, especialmente após 1994, quando surgiram perspectivas para uma cooperação mais organizada nos campos militar e tecnológico (Bacigalupo 2000; Silva e Ilikova 2022). Entretanto, embora ambos os países compartilhassem o objetivo de fortalecer suas capacidades industriais e tecnológicas, ao passo em que também tivessem construído um cenário positivo para discussões e o desenvolvimento da cooperação bilateral, seu desenvolvimento enfrentou desafios e limitações (Paula 2018; Novitsky 2020; Yakovlev 2022).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Maria Eduarda Carvalho de Araujo é mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). É membro-fundadora e pesquisadora no Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE), São Paulo, SP, Brasil. Orcid.org/0000-0002-3739-6737. E-mail: mec.araujo@unesp.br.

Assim, parte-se do seguinte problema: por que a cooperação entre Brasil e Rússia no setor de defesa não avançou de forma consistente, mesmo diante de interesses convergentes e oportunidades identificadas desde os anos 1990? Este artigo tem como objetivo analisar, a partir da bibliografia disponível, a evolução da cooperação bilateral entre Brasil e Rússia no campo da defesa desde a década de 1990. A investigação concentra-se nas oportunidades, desafios e resultados dessas iniciativas conjuntas, destacando que, embora ambos os países tenham identificado complementaridades em seus complexos industriais de defesa, diversos aspectos comprometeram o avanço da parceria estratégica neste âmbito. Com base nas contribuições de Novitsky (2020) e Yakovlev (2022), observa-se que o progresso das iniciativas de cooperação foi limitado, em parte, por fatores políticos, econômicos e técnicos, incluindo a instabilidade interna na Rússia e, posteriormente, no Brasil, e a dependência brasileira às importações de equipamentos russos.

Com base nos fatores mencionados, o argumento central deste artigo é que o aprofundamento da cooperação Brasil-Rússia no setor de defesa enfrenta limitações estruturais, dado que o Brasil historicamente prioriza armamentos e projetos oriundos de países ocidentais. Essa preferência reforça padrões de dependência e restringe a autonomia nacional no desenvolvimento tecnológico-militar. Essa consideração se baseia nas contribuições de Assis (2022), vinculando esse processo histórico e político à trajetória de socialização das forças armadas brasileiras com modelos hegemônicos, que consolidou uma visão de modernidade, mas que restringiu a capacidade do Brasil de direcionar sua trajetória de desenvolvimento tecnológico no setor de defesa de maneira ampla e diversificada.

O artigo está estruturado em três seções. Primeiramente, é apresentada uma contextualização dos esforços de cooperação bilateral desde a década de 1990, com ênfase nos projetos promulgados durante esse período. Em seguida, são apresentados os principais desafios enfrentados na consolidação das iniciativas bilaterais, inserindo fatores políticos, econômicos e conjunturais. Em terceiro lugar, centra-se nas transferências de equipamentos militares sob a ótica das limitações estruturais da cooperação bilateral, explorando o tipo de armamento russo que foi importado pelo Brasil, com ênfase nos helicópteros AH-2 Sabre, de maneira a articular sua relação com o aspecto mais amplo da socialização das forças armadas brasileiras e sua relação com os padrões de dependência de autonomia nacional.

Por fim, este artigo evidencia uma lacuna nos estudos sobre as relações bilaterais Brasil-Rússia, indicando possibilidades para pesquisas futuras. A metodologia adotada combina uma análise bibliográfica da política externa do Brasil e da Rússia e sobre estudos estratégicos em tecnologia,

com uma abordagem historiográfica dos principais projetos conjuntos e armamentos importados pelo Brasil. A contribuição reside em oferecer uma análise voltada para a cooperação bilateral em defesa, tema ainda pouco explorado na literatura brasileira de política externa e estudos estratégicos, especialmente no que se refere aos impactos da socialização militar brasileira com os padrões ocidentais e sua relação com a diversificação de parcerias com países de fora do Ocidente, como na situação da Rússia.

RELAÇÕES BILATERAIS EM DEFESA E TECNOLOGIA

Esta seção oferece uma contextualização dos esforços de cooperação entre Brasil e Rússia no setor de defesa desde 1990, com foco na trajetória político-diplomática que possibilitou a assinatura e promulgação de projetos bilaterais, apresentando as principais iniciativas conjuntas. Para isso, é apresentada uma breve introdução das relações bilaterais e do contexto político de ambos os países durante a década de 1990, momento marcado por processos simultâneos de redemocratização, reestruturação econômica e redefinição das prioridades internacionais. Em seguida, apresenta-se uma análise historiográfica de todos os projetos conjuntos assinados desde 1990.

As relações bilaterais entre Brasil e Rússia não compõem um histórico linear. Elas iniciaram em 1827, quando a Rússia reconheceu a independência do Brasil, estabelecendo-se, no ano seguinte, representações diplomáticas mútuas. No entanto, divergências ideológicas impuseram restrições a esses laços, rompendo as relações após a Revolução de 1917, restabelecendo-as em 1945, mas sofrendo outra ruptura em 1947, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra (Almeida 2006; Bacigalupo 2000). A reaproximação entre os dois países ocorreu em 1961, com a adoção da Política Externa Independente, e foi mantida ao longo do regime militar, que adotou uma abordagem pragmática ao reconhecer a importância geopolítica da União Soviética (Vizentini 2004). Assim, durante a terceira onda de democratização, o Brasil e a Rússia iniciaram um processo de aproximação caracterizado por contatos organizacionais, o que incluía reuniões bilaterais e a assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas, abrangendo setores como educação, cultura, ciência e tecnologia, energia, tecnologia militar e uso pacífico do espaço (Bacigalupo 2000).

Com relação a suas condições internas, o Brasil e a Rússia, apesar de serem distantes geograficamente, enfrentaram desafios semelhantes no processo de modernização e inserção internacional, especialmente no que diz respeito à adoção de reformas neoliberais e seus efeitos colaterais, assim como as mudanças em suas respectivas políticas externas decorren-

tes disso. Ambos os países buscaram inicialmente uma aproximação com o Ocidente através da implementação de políticas neoliberais, refletindo percepções de homogeneização nos moldes ocidentais diante do cenário do “fim da história” (Pecequilo 2008). Entretanto, os resultados esperados da abertura comercial e do livre mercado não se concretizaram, resultando em um aumento da desigualdade social (Arbatov 1993; Hirst e Pinheiro 1995; Tsygankov 2007).

Do lado russo, o aumento da desigualdade se deu pelo colapso do sistema de apoio social, aumento da pobreza e corrupção (Arbatov 1993; Hansen 2016). Em um escopo regional, a não-ingerência no espaço pós-soviético também envolveu a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a emergência de grupos separatistas e conflitos civis e interétnicos na periferia russa (Dias 2014; Trenin 2001; Tsygankov 2007; 2019). Essas instabilidades culminaram na percepção de que as reformas liberalizantes eram insustentáveis, prejudicavam a soberania e comprometiam a capacidade de modernização do Estado (Legvold 2007; Makio e Fuccille 2023; Tsygankov 2007; 2019; Tsygankov e Tsygankov 2021). Já do lado brasileiro, a postura neoliberal resultou em um aumento da desigualdade social, o que gerou questionamentos sobre a validade do Consenso de Washington durante os anos 1990 (Cervo 2008; Hirst e Pinheiro 1995; Pecequilo 2008; Vigevani et al. 2003).

Dessa maneira, o aumento das instabilidades e desigualdades em ambos os países — mesmo que em contextos políticos, domésticos e regionais distintos —, passou a ser associado às consequências da adoção desse modelo econômico (Legvold 2007; Segrillo 2016; Soares e Milani 2016; Tsygankov 2007). Nesse contexto, o primeiro governo de Lula da Silva delineou uma estratégia de política externa fundamentada no princípio da autonomia por meio da diversificação das parcerias internacionais. Em contrapartida, o governo de Vladimir Putin adotou uma abordagem mais assertiva em suas relações com o Ocidente, priorizando a segurança nacional. Apesar dessas diferenças, ambos os líderes buscavam alcançar a autonomia e promover a multipolaridade no cenário internacional, refletindo suas respectivas visões acerca da inserção global e estratégias de desenvolvimento (Ferraro Junior 2016; Pecequilo 2008; Novitsky 2020; Silva e Ilikova 2022; Soares e Milani 2016; Tsygankov 2007; Vigevani e Cepaluni 2007).

Assim, a aproximação Brasil-Rússia emergiu como uma tentativa de diversificação de parcerias (Silva e Ilikova 2022). A partir dessa convergência de interesses, analisamos os principais marcos da relação bilateral no campo da defesa, com especial atenção para os acordos firmados desde 1990, que delinearão os contornos dessa cooperação e quais foram as limitações enfrentadas no âmbito da parceria estratégica.

O Quadro 1 apresenta todos os decretos que promulgaram acordos entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia entre 1990 até 2024, permitindo uma análise ampla da evolução da cooperação bilateral no decorrer desse período. Como é possível notar, os acordos listados abrangem diversas áreas de cooperação, não se limitando ao setor de defesa. Para cada decreto, são apresentados o número de identificação, a data de promulgação, a ementa oficial do acordo e os respectivos signatários, conforme consta na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República.

Quadro 1
Relação de decretos Brasil-Rússia e seus conteúdos (1990-2024)

Ano	Nº do Decreto	Ementa	Assinatura
1995	Decreto nº 1.690, de 7.11.95	Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, de 22 de janeiro de 1993.	Governo da República Federativa do Brasil, Sebastião do Rego Barros. Governo da Federação da Rússia, Vitali Borisoritch Efimov.
1996	Decreto nº 1.856, de 11.4.96	Promulga o Acordo de Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso L. N. Amorim. Governo da Federação da Rússia: Ministro dos Negócios, Andrei Vladimirovich Kozirev.
1998	Decreto nº 2.750, de 26.8.98	Promulga o Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 15 de setembro de 1994.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso L. N. Amorim. Governo da Federação da Rússia: Ministro da Energia Atômica, Viktor N. Mikhailov.

Ano	Nº do Decreto	Ementa	Assinatura
1999	Decreto nº 3.163, de 2.9.99	Promulga o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Governo da Federação da Rússia: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ievgueni Primakov.
2000	Decreto nº 3.666, de 20.11.2000	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal, celebrado em Brasília, em 23 de abril de 1999.	Governo da República Federativa do Brasil: Secretário-Geral das Relações Exteriores, Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Governo da Federação da Rússia: Ministro-Chefe da Administração da Rússia, Yuri Zhubakov.
2000	Decreto nº 3.340, de 18.1.2000	Promulga o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, celebrado em Brasília, em 21 de novembro de 1997.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Governo da Federação da Rússia: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ievgueni Primakov.
2002	Decreto nº 4.423, de 14.10.2002	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 21 de novembro de 1997.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Governo da Federação da Rússia: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ievgueni Primakov.
2002	Decreto nº 4.379, de 17.9.2002	Promulga o Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 22 de junho de 2000.	República Federativa do Brasil: Vice-Presidente, Marco Antônio de Oliveira Maciel. Federação da Rússia: Primeiro-Ministro, Mikhail Kassianov.

Ano	Nº do Decreto	Ementa	Assinatura
2002	Decreto nº 4.282, de 25.6.2002	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou, em 22 de junho de 2000.	Governo da República Federativa do Brasil: Vice-Presidente, Marco Antônio de Oliveira Maciel. Governo da Federação da Rússia: Vice-Primeiro-Ministro, Aleksei Gordeev.
2004	Decreto nº 5.237, de 8.10.2004	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer. Governo da Federação da Rússia: Presidente do Comitê Alfandegário Estatal, Mikhail Valentinovitch Vanin.
2006	Decreto nº 5.666, de 10.1.2006	Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado da Defesa, Geraldo Magela Quintão. Governo da Federação da Rússia: Ministro da Defesa da Federação da Rússia, Serguei Ivanov.
2007	Decreto nº 6.056, de 6.3.2007	Promulga o Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.	República Federativa do Brasil: Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. Federação da Rússia: Ministro da Justiça, Luri Tchaika.
2008	Decreto nº 6.404, de 19.3.2008	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer. Governo da Federação da Rússia: Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio, Roald Fernandovitch Piskoppel.

Ano	Nº do Decreto	Ementa	Assinatura
2010	Decreto nº 7.271, de 25.8.2010	Promulga Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 2008.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. Governo da Federação da Rússia: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov.
2015	Decreto nº 8.624, de 29.12.2015	Promulga o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil, a Federação da Rússia, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul, firmado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.	República Federativa do Brasil. Federação da Rússia. República da Índia. República Popular da China. República da África do Sul.
2015	Decreto nº 8.482, de 7.7.2015	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, firmado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.	Governo da República Federativa do Brasil: Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, Gilberto Antonio Saboya Burnier. Governo da Federação da Rússia: Diretor do Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar, Mikhail A. Dmitriev.
2018	Decreto nº 9.541, de 25.10.2018	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa, firmado em Moscou, em 14 de dezembro de 2012.	Governo da República Federativa do Brasil: Ministro da Defesa, Celso Amorim. Governo da Federação da Rússia: Ministro da Defesa, Serguei Shoigu.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Subchefia para Assuntos Jurídicos (Brasil 2021).

A análise do Quadro 1 revela uma relação diplomática e econômica contínua entre Brasil e Rússia desde 1990, caracterizada por uma ampla diversidade de temas abordados nos acordos bilaterais. Estes decretos en-

globam áreas como ciência e tecnologia, saúde animal, questões aduaneiras e, mais recentemente, a assinatura do acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento em 2015, envolvendo também outros membros do Brics. Assim, de maneira geral, os acordos enfatizam setores econômicos e estratégicos, como energia nuclear, exploração espacial, saúde animal e, mais recentemente, tecnologias militares.

No âmbito da cooperação em tecnologia nuclear, destaca-se o Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre Brasil e Rússia, firmado em 15 de setembro de 1994, em Brasília. Esse acordo estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento de atividades conjuntas, incluindo pesquisa e desenvolvimento de reatores nucleares, produção de radioisótopos e proteção radiológica, com o compromisso de promover o uso pacífico da energia nuclear. O acordo, assinado entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso L. N. Amorim, e o Ministro da Energia Atômica, Viktor N. Mikhailov, também previu a implementação de mecanismos de cooperação, como o intercâmbio de especialistas e o fornecimento de equipamentos. As transferências de materiais e tecnologias, por sua vez, deveriam observar rigorosamente as salvaguardas e normas internacionais de Não Proliferação Nuclear (Decreto nº 2.750, de 1998).

Ademais, uma das primeiras iniciativas no campo da ciência e tecnologia foi o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, promulgado em 18 de janeiro de 2000, assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ievgueni Primakov. Este acordo visava a fortalecer as relações entre as instituições científicas dos dois países, promovendo o intercâmbio de cientistas, a realização de seminários conjuntos e o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Além disso, por meio dele foi estabelecida a criação de uma Comissão Mista para coordenar e avaliar as atividades (Decreto nº 3.340 2000). Nessa linha, Bacigalupo (2000) destaca que, na cooperação científica e tecnológica, o desenvolvimento espacial foi visto como essencial para o crescimento socioeconômico do Brasil, pois poderia auxiliar na resolução de desafios relacionados à agricultura, meio ambiente, organização territorial, comunicação, meteorologia, navegação, entre outros campos, o que se mostrava fundamental para o conhecimento do território nacional.

Não obstante, foi durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso que a cooperação entre Brasil e Rússia alcançou um novo patamar, sendo formalmente classificada como uma parceria estratégica. A partir do Tratado sobre as Relações de Parceria, promulgado em 17 de setembro de 2002, as duas nações formalizaram uma base sólida para uma cooperação estratégica que iria além da diplomacia tradicional, incorporando o forta-

lecimento das consultas bilaterais e alinhamento em fóruns multilaterais, sobretudo na Organização das Nações Unidas (ONU), coordenação na não proliferação e controle de armamentos, e incentivo mútuo para a inovação tecnológica, por exemplo (Decreto nº 4.379, de 2002). A definição dessa parceria como estratégica também implicou na assinatura de diversos tratados e acordos de cooperação, incluindo o estabelecimento de sistemas de defesa e projetos conjuntos no âmbito da cooperação técnico-militar (Bacigalupo 2000; Novitsky 2020; Yakovlev 2022).

Assim, observa-se que, desde o primeiro acordo formal, com início em 1990, registrado no *site* do Planalto, assinado em 1995, a relação bilateral entre Brasil e Rússia se expandiu significativamente, avançando de protocolos gerais para áreas de alta sensibilidade, como a cooperação técnico-militar. Esse aprofundamento se evidencia nos anos de 2006, 2015 e 2018, que estabelecem as bases legais e institucionais para a consolidação de uma parceria estratégica em matéria de defesa. A partir do Decreto nº 5.666/2006, assinado entre o Ministro de Estado da Defesa, Geraldo Magela Quintão, e o Ministro da Defesa, Serguei Ivanov, inaugura um ciclo cooperativo no âmbito da defesa ao promulgar o Memorando de Entendimento sobre Tecnologias Militares, voltado para pesquisa, desenvolvimento e produção conjunta de material de emprego militar, assinado em 2002, que tinha como objetivo fomentar a cooperação em áreas como pesquisa científica e desenvolvimento de armamentos. O decreto estabeleceu o intercâmbio comercial — referido como aquisição e fornecimento de material (Brasil 2002, 1). Esse memorando resultou na compra de sistemas de defesa antiaérea Manpads Igla-S, no valor total de 20 milhões de dólares¹ (Novitsky 2020; Yakovlev 2022).

Complementarmente, o Decreto nº 8.482/2015, assinado entre o Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, Gilberto Antonio Saboya Burnier, e o Diretor do Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar, Mikhail A. Dmitriev, aprofunda a cooperação técnico-militar ao incluir áreas como aquisição de produtos e serviços de defesa, intercâmbio educacional e programas conjuntos. Já o Decreto nº 9.541/2018, assinado entre os Ministros da Defesa, Celso Amorim e Serguei Shoigu, amplia ainda mais esse escopo, incorporando temas como operações de paz, intercâmbio político-militar, medicina militar e exercícios conjuntos.

Dessa forma, conforme apresentado no Quadro 1, a partir do início dos anos 2000, a cooperação entre Brasil e Rússia se diversificou, impulsionada pelo potencial complementar de seus complexos industriais, apesar das diferenças de tamanho, alcance, especialidade e técnicas de produção, o que abriu espaço para contatos comerciais mutuamente benéficos no setor

de defesa (Yakovlev 2022). Nesse sentido, a ampliação do acesso a novos mercados figurava como um dos principais objetivos da Rússia na relação bilateral. Novitsky (2020), por exemplo, destaca a relevância da indústria brasileira nesse setor, mencionando empresas como Embraer, Emgepron, Imbel e Avibras como exemplos do desenvolvimento nacional e da capacidade exportadora do Brasil em equipamentos militares. Entretanto, na prática, essa cooperação se manteve centrada na importação de armamentos russos (Novitsky 2020; Yakovlev 2022). Similarmente, Hirst e Pinheiro (1995), Silva e Ilikova (2022) e Pecequilo (2008) apontam que a relação bilateral foi marcada mais pelo reconhecimento de um potencial de cooperação do que por iniciativas concretas, resultando em avanços graduais e limitados.

O DESAFIO DA COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA BRASIL-RÚSSIA

Esta seção explora a cooperação bilateral entre Brasil e Rússia no campo de defesa, destacando como a complementaridade industrial e científica dos dois países gerou um cenário promissor para o amplo aproveitamento da parceria estratégica neste âmbito. Contudo, também é apresentado como o percurso dessa parceria foi marcado por desafios internos profundos, desde as dificuldades econômicas e políticas de ambos os países até as tensões geopolíticas, que limitaram a plena concretização dos projetos conjuntos. Ao situar essas dinâmicas no contexto das transformações globais e das prioridades nacionais, essa seção visa a elucidar os obstáculos que impactaram a cooperação bilateral na defesa.

Como argumentam alguns autores, a complementaridade industrial, científica e tecnológica entre os dois países contribuiu para o estreitamento das relações bilaterais (Bacigalupo 2000; Novitsky 2020). A Rússia acumulou expertise em setores estratégicos como aeroespacial, militar, energético e o nuclear, qualificando-se como fornecedora de tecnologias sensíveis. Já o Brasil apresentava capacidades industriais emergentes e consolidada nos setores bancário, agrícola e no marketing para pequenas e médias empresas (Hirst e Pinheiro 1995; Yakovlev 2022). Essa diferença permitiu uma articulação baseada na complementaridade industrial e científica: o Brasil buscava acesso a tecnologias críticas e diversificação de parceiros estratégicos, enquanto a Rússia via na cooperação uma oportunidade de expandir sua influência e mercado na América Latina. De acordo com Novitsky (2020), na defesa, essa complementaridade materializou-se na intensificação da Cooperação Técnico-Militar, com destaque para o fornecimento de armamentos russos. Esse quadro mais amplo deu origem ao que foi chamado de “aliança tecnológica”, com a realização da primeira visita

oficial de um presidente russo ao Brasil em 2004, evento que deu início a uma série de visitas oficiais entre os dois países (Bacigalupo 2000; Brasil 2023; Novitsky 2020).

Assim, para compreender a evolução da cooperação bilateral entre Brasil e Rússia, é imprescindível considerar o contexto histórico interno de ambos os países, os quais representaram obstáculos no desenvolvimento pleno da parceria estratégica (Hirst e Pinheiro 1995). No caso da Rússia, no final da década de 1990, a ampliação de parcerias além do Ocidente foi marcada por desafios, especialmente devido às dificuldades na implementação das reformas liberalizantes para a transição à economia de mercado. Ademais, a dissolução do bloco soviético e o consequente vácuo de segurança geraram tensões nas relações com as ex-repúblicas soviéticas. Nesse período, a política externa russa se concentrou na recuperação de seu status como grande potência, buscando o reconhecimento tanto do Ocidente quanto dos países em sua área de influência estratégica (Pecequilo 2008; Silva e Ilikova 2022; Tsygankov 2007). Esse cenário resultou, nos anos de 1998 e 1999, no adiamento de reuniões bilaterais e na redução da frequência dos encontros entre os dois países, afetando a continuidade da cooperação (Bacigalupo 2000).

No Brasil, por outro lado, a indústria de defesa enfrentava um período de crise ao longo da década de 1990. De acordo com Assis (2022), essa recessão pode ser explicada por alguns fatores, entre os quais se destacam: (I) a excessiva dependência das exportações, em especial para o Irã e Iraque, então principais compradores de armamentos brasileiros, cuja demanda declinou após o fim do conflito; e (II) as dificuldades da indústria nacional para acompanhar os avanços tecnológicos no setor. Além disso, a crescente pressão exercida pelos EUA para restringir as exportações representou um obstáculo adicional ao desenvolvimento do setor. Entretanto, para além desse fator, a crise do setor não resultou apenas de dificuldades técnicas, mas também da falta de instituições capazes de estruturar políticas de longo prazo para inovação e adaptação da indústria nacional frente às transformações e novas exigências do mercado global.

O governo Lula buscou reverter esse cenário com a formulação da Política Nacional de Defesa, de 2005, e da Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, que reforçaram o vínculo entre defesa e desenvolvimento industrial, consolidando a ideia de que ambos são indissociáveis para o fortalecimento do Estado brasileiro. Dessa forma, passa a haver uma priorização de acordos que envolvessem transferência de tecnologia como meio de reduzir a dependência externa, embora esse tenha criticado por não eliminar completamente a vulnerabilidade estratégica frente aos grandes fornecedores internacionais (Saint-Pierre 2009; Saint-Pierre e Zague 2014).

Assim, conforme observado por Assis (2022), entre 2003 e 2010, o setor de defesa esteve entre as áreas com maior alocação de recursos no orçamento federal, ocupando a terceira posição entre os ministérios com maiores investimentos. No entanto, essa destinação orçamentária abrangia diferentes categorias de despesas, incluindo custeio com pessoal, gastos operacionais e investimentos voltados tanto para a aquisição de armamentos quanto para o financiamento de pesquisa e desenvolvimento na área de defesa.

Diante dessas considerações, na primeira década dos anos 2000, embora houvesse potencial econômico e interesse de ambas as partes, especialmente após a visita de Dilma Rousseff a Moscou em 2012 e a missão liderada pelo Chefe do Estado-Maior General José Carlos de Nardi em 2013, que contou com a presença de representantes da Embraer, Odebrecht e Avibras, os acordos conjuntos preliminares que visavam a aprofundar a parceria estratégica não se concretizaram. Yakovlev (2022) menciona que entre os projetos estavam a aquisição de helicópteros russos Ka-62, a criação de uma *joint venture* entre Odebrecht e a Corporação Estatal Rostec para helicópteros MI-171 e a implementação de um centro de manutenção no Brasil, além da transferência de tecnologia para sistemas de defesa antiaérea Pantsir-S1 (ZRPK) para empresas como Odebrecht, Embraer e Avibras, com o objetivo de viabilizar futuras exportações para a América Latina.

Além do histórico marcado por obstáculos, a interrupção de projetos bilaterais neste período mais recente na área de defesa deveu-se a uma combinação de outros fatores internos e também externos ao Brasil. Segundo Novitsky (2020), internamente, o Brasil enfrentou dificuldades econômicas e instabilidade política, culminando no impeachment de Dilma Rousseff, processo que fragilizou a condução de parcerias estratégicas e a estabilidade orçamentária necessária à manutenção de contratos de defesa. Externamente, o autor destaca a crescente concorrência da China na América Latina e a pressão dos EUA, como fatores que também impactaram no aprofundamento da cooperação bilateral. Um exemplo foi a designação oficial do Brasil como um aliado militar fora da OTAN durante o primeiro governo Trump, um status que facilita a aquisição de armamentos norte-americanos (DW 2019). Em decorrência disto, em 2020, o Brasil assinou com os EUA o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E), visando ao desenvolvimento de projetos conjuntos no setor de defesa e ampliando o acesso ao mercado americano, uma vez que reduziria os processos burocráticos na compra dos produtos relacionados a esse setor (Brasil 2020; Dias 2020).

Esse cenário também encontra mais detalhes no levantamento realizado por Dall'Agno, Zabolotsk e Mielniczuk (2019) acerca do histórico

das exportações de armamentos russos para a América Latina. Com base nos dados do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), os autores apontam que entre 2012 e 2016, a América Latina respondeu por aproximadamente 6% das exportações de armamentos russos, sendo o Brasil responsável por apenas 0,24% desse total. Os dados expressam um interesse russo na região que se concentra em poucos parceiros estratégicos, com especial atenção à Venezuela e Nicarágua.

Entretanto, esse processo realça que a inserção russa no mercado de armamentos encontra obstáculos estruturais na América Latina. Conforme os autores apontam, há um baixo nível de gastos militares nesses países e a preferência por fornecedores ocidentais, especialmente EUA e Europa. Complementarmente, Assis (2022) apresenta que, entre 2005 e 2015, 65% das importações brasileiras de armamentos provinham de países europeus, enquanto os EUA representavam 17% desse total, evidenciando uma continuidade da dependência de fornecedores ocidentais.

É importante salientar que este padrão reflete não apenas as necessidades operacionais de um determinado período, mas também fatores políticos e estratégicos, incluindo a manutenção de relações com fornecedores tradicionais e a influência das forças armadas nas decisões sobre aquisições no setor de defesa.

Como exemplificação desse diagnóstico, menciona-se a tentativa russa de inserir os caças SU-35 na concorrência da Força Aérea Brasileira, reaberta em uma licitação no final de 2003. Contudo, apesar do interesse demonstrado por Moscou, o projeto não avançou. As razões levantadas no estudo de Dall'Agnol, Zabolotsk e Mielniczuk (2019) foram duas: (I) a recusa da fabricante russa Sukhoi em realizar a transferência das tecnologias militares avançadas envolvidas na produção dos caças; (II) sensibilidade geopolítica, devido ao contexto de exercícios militares russos conjuntos com a Venezuela. Assim, em 2008, a Força Aérea Brasileira retirou a proposta russa da fase final da licitação.

As negociações para a compra do sistema antiaéreo Pantsir-S1, iniciadas em 2013, também foram interrompidas devido ao contexto de crise político-institucional, apesar das promessas russas de transferência irrestrita de tecnologia e suporte pós-venda (Dall'Agnol, Zabolotsk e Mielniczuk 2019; Novitsky 2020). Esses episódios evidenciam como as oportunidades de avanço na cooperação bilateral, ainda que politicamente viáveis, foram comprometidas por limitações conjunturais e estruturais do lado brasileiro, o que reafirma a leitura de Yakovlev (2022) e expressa que, mesmo o Brasil sendo um dos principais parceiros da Rússia na América Latina, suas relações ainda se baseiam nas relações comerciais de produtos primários.

TRANSFERÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS MILITARES ENTRE BRASIL E RÚSSIA

Esta seção volta-se ao fundo das transferências de equipamentos militares como expressão material dos vínculos estratégicos pretendidos, mas nem sempre realizados, entre os dois países no setor de defesa. Além do contexto interno do Brasil e da Rússia, fatores técnicos, externos e operacionais, que tiveram contribuição para a limitação do pleno aproveitamento da parceria estratégica, soma-se a socialização das forças armadas brasileiras. Ao considerar não apenas os dados sobre importações e fornecedores, mas também os sentidos simbólicos atribuídos à tecnologia militar, nesta seção busca-se compreender por que o Brasil, mesmo diante de oportunidades de diversificação no âmbito da cooperação em defesa com a Rússia, segue reproduzindo modelos de aquisição que o vinculam à lógica hegemônica.

Como argumentamos neste estudo, o aprofundamento da cooperação Brasil-Rússia no setor de defesa enfrenta limitações estruturais, já que o Brasil historicamente privilegia armamentos e projetos oriundos do Ocidente. Essa abordagem possui implicações, reforçando padrões de dependência e restringindo a autonomia tecnológica e militar do país. Conforme argumentam Jaguaribe (1979) e Puig (1980), o sistema internacional é marcado pela existência de uma ordem hierárquica, na qual a autonomia, enquanto parte da estrutura deste sistema, depende da viabilidade nacional, o que envolve recursos e coesão interna, e da permissibilidade internacional, relacionada à capacidade de neutralizar ameaças. Vigevani e Júnior (2014) complementam argumentando que a autonomia na política externa brasileira é uma noção relativa, refletida na margem de atuação do Estado conforme suas condições internas e o contexto internacional.

Jaguaribe (1979), em sua articulação sobre a ordem neste sistema intraimperial, apresenta a relevância da tecnologia. O sistema intraimperial é marcado por uma contradição estrutural: os Estados centrais preservam hegemonia por meio da tecnologia, enquanto os periféricos dependem dela e são, ao mesmo tempo, limitados em sua soberania. A tecnologia, assim, não é apenas uma ferramenta, mas é também uma condição estratégica, um fator de hierarquização e desigualdade neste sistema. Em seu entendimento, os EUA impõem limites econômicos e tecnológicos para garantir seu domínio, equilibrando entre defesa militar, inovação e controle dos mercados e recursos, de maneira que a tecnologia se torne o fluxo que possibilite a viabilidade e mobilização dessa arquitetura de poder.

Nesse entendimento, na anarquia, os Estados tendem a emular potências militares para assegurar ganhos relativos de eficácia (Assis 2022), mas

a globalização da indústria bélica, embora crie interdependências, beneficia as grandes potências (Caverley 2007). Assim, a hegemonia dos EUA se impõe não apenas por seu poder militar, mas pela centralidade que ocupa na cadeia global de valor da defesa. Como argumentam Neuman (2010) e Caverley (2007), a liberalização da indústria bélica, longe de enfraquecer a posição norte-americana, consolida sua influência internacional e reflete a hierarquia de poder do pós-Guerra Fria. Isso ocorre porque a complexidade tecnológica dos armamentos modernos favorece a concentração da produção em monopólios industriais. Logo, a estrutura global da indústria bélica impõe limites concretos à autonomia dos demais países, que precisam ajustar suas estratégias às prioridades e interesses da potência dominante (Assis 2022).

Com isto em mente, a análise das transferências de equipamentos militares entre Brasil e Rússia revela tensões entre o objetivo brasileiro de garantir autonomia estratégica e a persistência de padrões de dependência tecnológica hegemônica. Como expressão desse cenário, observa-se que, de 1994 a 2014, o Brasil adquiriu da Rússia diferentes tipos de armamentos, incluindo mísseis portáteis Igla e Igla-S, mísseis antitanque Kokon e helicópteros de ataque Mi-35M (designados AH-2 Sabre na Força Aérea Brasileira) (Sipri 2025). Tais aquisições sugerem uma tentativa de diversificação das fontes de armamentos, sinalizando uma abertura a tecnologias não ocidentais. Nesse sentido, a aquisição de doze helicópteros russos de ataque (Mi-35M) para a Força Aérea Brasileira (FAB) foi a primeira inserção significativa de material militar russo nas forças armadas brasileiras (Silva 2017).

Contudo, o impacto dessas transferências foi limitado. O AH-2 Sabre foi adquirido em 2009, entrando em operação em 2014, sendo desativado doze anos depois de sua aquisição, em 2022. Isso contrasta com o ciclo de vida habitual de sistemas militares, compreendido como o processo completo que acompanha esse sistema desde a identificação da necessidade operacional até sua desativação. Conforme a DCA 400-6, o ciclo de vida inclui a fase de revitalização, modernização ou melhoria, que tem como objetivo atualizar ou adaptar sistemas e materiais em uso para atender a novas demandas operacionais não previstas originalmente, antes de sua desativação definitiva (Brasil 2007), similar ao que Kaldor (1986) define como assimilação.

Nessa consideração, a desativação dos helicópteros AH-2 Sabre pela FAB decorreu da apresentação de uma série de obstáculos técnicos e logísticos, incluindo a dificuldade de catalogação, indisponibilidade das aeronaves devido à falhas no suporte técnico, a ausência de uma linha de manutenção adequada no Brasil, exigindo deslocamentos de mais de 3.000km, e, paralelamente, a FAB optou por concentrar seus recursos em projetos

prioritários entre F-39 Gripen, de origem sueca; KC-390 e radar E-99, desenvolvidos pela Embraer (Caiafa 2022).

Entretanto, apesar da superfície deste obstáculo ser técnica e logística, a curta vida útil operacional do AH-2 Sabre ilustra as dificuldades de integrar efetivamente tecnologias militares de matrizes distintas das convencionais. Embora o armamento russo tivesse um desempenho elogiado e oferecesse vantagens de ataque, como velocidade, resistência e poder de fogo, ele não foi plenamente absorvido pelas estruturas organizacionais e operacionais da FAB (Caiafa 2022; Saconi 2022). Essas dificuldades, portanto, expõem não apenas limitações técnicas e logísticas, mas também barreiras institucionais e simbólicas. Como propõe Kaldor (1986), a sucessão de armamentos é um processo marcado por competições, cooperação e relacionamentos entre um conjunto de organizações sociais, inseridas nas relações de oferta e demanda por armamentos, nos quais fatores políticos e sociais influenciam quais armas são incorporadas ou descartadas.

Na situação brasileira, embora a tecnologia russa possa, em tese, oferecer vantagens equivalentes ou mesmo superiores em determinados contextos operacionais, ela não encontra plena aderência técnica e institucional, devido, em parte, ao peso dos valores, doutrinas e estruturas herdadas. A socialização histórica das forças armadas em padrões hegemônicos de organização e operação reduz a receptividade a armamentos fora dessa matriz, exacerbando os custos relacionados em detrimento dos ganhos possíveis. Esse contexto tem como fundo implícito o entendimento do conceito de “fetichismo da tecnologia” elaborado por Assis (2022), em que a tecnologia, ao ser atribuída a um status naturalizado, tende a ser vista como uma solução autônoma para problemas sociais ou políticos. Esse processo, muitas vezes despercebido, obscurece as relações e os valores subjacentes à criação e implementação tecnológica. No setor militar, esse fetichismo tem o potencial de reforçar certas práticas e relações que perpetuam a dependência, limitando a autonomia e consolidando um padrão de dominação externa.

Outro ponto é, conforme Assis (2022) argumenta, a estrutura de dominação cultural que se baseia na maneira como as elites dos países periféricos internalizam as definições de modernidade geradas pelos países ocidentais, o que fomenta padrões dependentes de militarização. Essa consideração exige uma reflexão sobre o processo histórico de colonização e a formação das organizações militares na América Latina. Assim, embora as instituições militares de alguns países sul-americanos não tenham sido diretamente organizadas pelas potências ocidentais, essas nações passaram por processos de socialização que moldaram seus padrões de demanda por armamentos, que carregam características e valores específicos.

Essa percepção se insere na sociotécnica, um conceito que se refere à relação entre a tecnologia e a sociedade, reconhecendo que a tecnologia não é neutra, mas um fenômeno político, profundamente enraizada e moldada por fatores políticos, sociais, culturais e morais (Assis 2022; Winner 1980). As escolhas tecnológicas, portanto, refletem e reforçam valores, interesses e ideologias específicas (Saint-Pierre e Assis 2023). Logo, ao naturalizar a superioridade de determinadas tecnologias (geralmente ocidentais) e desconsiderar os contextos de aplicação, cria-se um descompasso entre a aquisição e a capacidade de uso, manutenção e doutrinação (Assis 2022). Nesse contexto, a compra do Mi-35M foi um gesto de política externa e de afirmação simbólica de autonomia, mas não uma integração real de capacidades inovadoras ao sistema de defesa nacional.

Logo, devido à natureza do processo de inovação com a globalização, o compromisso com o modelo de organização militar hegemônico restringe as escolhas futuras do Brasil, condicionando-o à emulação de mudanças tecnológicas desenvolvidas e produzidas pelo Ocidente. Portanto, a limitada incorporação de equipamentos russos pelo Brasil, mesmo no contexto de uma parceria estratégica, expõe os limites materiais e simbólicos dessa parceria. Ainda que existam janelas de oportunidade para ampliar a autonomia no setor de defesa, o peso histórico das estruturas de poder, da socialização e da dependência cultural limita o amplo aproveitamento dessas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da cooperação bilateral entre Brasil e Rússia reflete uma complexa interação entre fatores econômicos, políticos e técnicos, que, embora tenha demonstrado potencial significativo em diversas áreas, como na defesa, encontrou obstáculos em desafios estruturais e históricos que limitaram seu pleno aproveitamento. A análise dos acordos promulgados e das complexidades relacionadas evidencia a contínua dependência do Brasil de fornecedores ocidentais, o que restringiu sua capacidade de diversificar sua parceria estratégica com a Rússia no setor de defesa. Embora a relação bilateral nesse âmbito tenha gerado avanços graduais, as dificuldades internas, tanto no Brasil quanto na Rússia, impediram a materialização do potencial dessa parceria à primeira vista.

Em resposta a esse cenário mais amplo, autores russos apontam que a Rússia tem seguido uma postura cautelosa e aguardado por um maior interesse da liderança brasileira em expandir a cooperação em tecnologia e defesa, uma vez que a cooperação bilateral depende da disposição e do interesse dessa liderança em aprofundar e/ou aprimorar os esforços nesta área (Novitsky 2020).

Assim, quando nos voltamos às relações de defesa entre Brasil e Rússia, vemos que a cooperação tende a se desenvolver com base na percepção de seu potencial, enfatizando os possíveis benefícios dessa parceria, mas os avanços práticos permanecem graduais e limitados (Dall’Agnol, Zabolotsk e Mielniczuk 2019; Hirst e Pinheiro 1995; Silva e Ilikova 2002; Pecequilo 2008). Isso porque, apesar do potencial identificado para uma cooperação complementar, tanto em empreendimentos conjuntos quanto na troca comercial, a colaboração concentrou-se, na prática, na aquisição de equipamentos militares russos (Novitsky 2020; Yakovlev 2022). Por trás desta superfície, contudo, há camadas mais profundas que não podem passar despercebidas. Mesmo quando os armamentos e a tecnologia militar sejam entendidos como instrumentos ou objetos de alta competência técnica, estes possuem em seu desenho tecnológico valores e relações sociais misticadas, que naturalizam hierarquias e reforçam a dependência estratégica.

Com base nesse cenário, a reflexão sobre o “fetichismo da tecnologia”, conforme desenvolvido por Assis (2022), evidencia uma questão relevante e de fundo aos limites no pleno aproveitamento da parceria estratégica em defesa, uma vez que expressa como as escolhas e preferências por determinadas tecnologias, ao serem vistas como soluções autônomas, podem perpetuar naturalmente a dominação externa, limitando a autonomia do Brasil. Assim, para que a parceria estratégica entre Brasil e Rússia alcance seu pleno potencial, é necessário não apenas superar os desafios políticos, econômicos, técnicos e operacionais de cada período, mas também adotar uma visão crítica sobre as influências externas e os padrões de militarização que moldam as decisões estratégicas de defesa e segurança do Brasil. Essa consideração abre espaço para a realização de pesquisas que examinem o perfil histórico militar do Brasil em comparação com o da Rússia, oferecendo subsídios para uma abordagem assertiva e autônoma na formulação de possibilidades alternativas no que tange o fortalecimento das relações bilaterais, permitindo explorar as áreas de complementaridade científica, em um cenário global em transformação.

Por fim, ao voltarmos ao argumento central — de que o aprofundamento da cooperação Brasil-Rússia no setor de defesa enfrenta limitações estruturais, dado que o Brasil historicamente prioriza armamentos e projetos oriundos de países ocidentais — busca-se enfatizar que, para além dos obstáculos técnicos e operacionais, soma-se uma questão implícita no lado brasileiro, que é a socialização das forças armadas. Assim, este estudo realça que a tecnologia militar não é neutra, mas expressa e perpetua uma lógica assimétrica no sistema internacional. Logo, quando consideramos os avanços graduais na cooperação em defesa entre Brasil e Rússia, vemos que esse processo decorre das tensões entre o desejo político-estratégico

brasileiro de diversificar suas fontes de armamento e alcançar maior autonomia tecnológica, e a realidade das limitações estruturais, socializantes e logísticas que condicionam essas iniciativas.

REFERÊNCIAS

Almeida, Paulo Roberto de. 2006. “A Diplomacia do Liberalismo Econômico”. In *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) Volume I: crescimento, modernização e política externa*, editado por José Augusto Guilhon Albuquerque, Ricardo Seitenfus e Sergio Henrique Nabuco de Castro. 2. ed.: 237–94. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

Arbatov, Alexei G. 1993. “Russia’s Foreign Policy Alternatives.” *International Security* 18, no. 2: 5–43.

Assis, Jonathan de Araujo de. 2022. *A Autonomia Estratégica e o Fetichismo da Tecnologia Militar na América do Sul: Análise da Demanda Militar do Brasil (2005–2015)*. Tese — Doutorado — Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas — Unesp, Unicamp e PUC-SP.

Bacigalupo, Graciela Zubelzú de. 2000. “As Relações Russo-Brasileiras no Pós-Guerra Fria.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 43, no. 2: 59–86. dx.doi.org/10.1590/s0034-73292000000200003.

Batista, Paulo Nogueira. 2009. “A Política Externa de Collor: Modernização ou Retrocesso?” In *Pensando o Brasil: Ensaios e Palestras*, editado por Paulo Nogueira Batista Junior: 193–226. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Brasil. 1998. Decreto nº 2.750, de 26 de agosto de 1998. *Promulga o Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 15 de setembro de 1994*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 27 de agosto de 1998. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2750.htm.

Brasil. 2000. Decreto nº 3.340, de 18 de janeiro de 2000. *Promulga o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, celebrado em Brasília, em 21 de novembro de 1997*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 19 de janeiro de 2000. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3340.htm.

Brasil. Poder Executivo. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 2002. *Mensagem nº 974, de 2002*. Moscou: Câmara dos Deputados. www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=133147&filename=Tramitacao-MS%20974/2002.

Brasil. 2006. Decreto nº 5.666, de 10 de janeiro de 2006. *Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2006. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5666.htm.

Brasil. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. 2007. *Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica*. DCA 400-6. Brasília, DF.

Brasil. 2020. “Governo Brasileiro Assina Acordo Militar com EUA Durante Visita de Bolsonaro.” *Planalto.gov.br*, 8 de março. www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/governo-brasileiro-assina-acordo-militar-com-eua-durante-visita-de-bolsonaro.

Brasil. Presidência da República. 2021. Portaria nº 130, de 23 de dezembro de 2021. *Estabelece a política de uso do conteúdo do Portal da Legislação da Presidência da República*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2021. www4.planalto.gov.br/legislacao.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. 2023. Federação da Rússia. www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/federacao-da-russia.

Caiafa, Roberto. 2022. “Brasil Desativa Seus Helicópteros de Ataque Mi-35M.” *InfoDefensa*. www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3439420/brasil-decide-desativar-seus-helicopteros-ataque-ah-2-sabre-mil-35m.

Caverley, Jonathan D. 2007. “United States Hegemony and the New Economics of Defense.” *Security Studies* 16, no. 4: 598–614. doi.org/10.1080/09636410701740825.

Cervo, Amado. 2008. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

Dall’Agnol, Augusto César, Boris Perius Zabolotsky, e Fabiano Mielniczuk. 2019. “¿El Retorno del Oso? La Interacción Rusa con América Latina: El Caso de Brasil.” *Military Review*: 3–13, EUA.

Dias, Marina. 2020. “Brasil Assina Acordo Militar com EUA e Tenta Ampliar Espaço no Mercado de Defesa Americano.” *Folha de S.Paulo* (Março). www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/brasil-assina-acordo-militar-com-eua-e-tenta-ampliar-espaco-no-mercado-de-defesa-americano.shtml.

Dias, Vanda Amaro. 2014. “As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético.” In *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e*

Competição num Espaço Alargado, editado por Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire: 57–84. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Dias, Vanda Amaro. 2018. “The Battle of Giants: The Collision of EU and Russian Foreign Policies towards the Contested Neighbourhood and the Ukrainian Crisis.” *Debater a Europa* 18: 63–83. Coimbra University Press. dx.doi.org/10.14195/1647-6336_18_5.

DW. 2019. “EUA Designam Oficialmente Brasil como Aliado Extra-Otan.” *Deutsche Welle Brasil* (Agosto). www.dw.com/pt-br/eua-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan/a-49839668.

Ferraro Junior, Vicente Giaccagliini. 2016. “A Construção do Sistema Político da Rússia Pós-Soviética: Relações Executivo-Legislativo e Federalismo de 1990 a 2015.” In *Rússia, Ontem e Hoje: Ensaios de Pesquisadores do LEA sobre a História da Rússia*, editado por Angelo Segrillo, Camilo Domingues e Vicente Giaccagliini Ferraro Junior: 57. São Paulo: FFLCH/USP.

Hansen, Flemming Splidsboel. 2016. “Russia’s Relations with the West: Ontological Security through Conflict.” *Contemporary Politics* 22, no. 3: 359–75. dx.doi.org/10.1080/13569775.2016.1201314.

Hirst, Monica, e Letícia Pinheiro. 1995. “A Política Externa Brasileira em Dois Tempos.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 38, no. 1: 5–23.

Jaguaribe, Hélio. 1979. “Autonomía Periférica y Hegemonía Céntrica.” *Estudios Internacionales* 12, no. 46: 91–130. doi.org/10.5354/0719-3769.1979.16458.

Kaldor, Mary. 1986. “The Weapons Succession Process.” *World Politics* 38, no. 4: 577–95. dx.doi.org/10.2307/2010167.

Kozyrev, Andrei. 1994. “The Lagging Partnership.” *Foreign Affairs*. www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1994-05-01/lagging-partnership.

Legvold, Robert. 2007. “Introduction.” In *Russian Foreign Policy in the Twenty-First Century and the Shadow of the Past*, editado por Robert Legvold: 3–34. New York: Columbia University Press.

Makio, Danielle e Alexandre Fuccille. 2023. “The 2014 Russian Invasion of Crimea: Identity and Geopolitics.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 66, no. 1: 1–20. dx.doi.org/10.1590/0034-7329202300113.

Martinov, Boris. 2015. “Braziliya – nash strategicheskii partner [Brasil – Nosso Parceiro Estratégico].” *International Affairs (Mezhdunarodnaya Zhizn’)* 7 (Agosto). interaffairs.ru/jauthor/material/1333.

Neuman, Stephanie G. 2010. “Power, Influence, and Hierarchy: Defense Industries in a Unipolar World.” *Defence and Peace Economics* 21, no. 1: 105–34. doi.org/10.1080/10242690903105398.

Neumann, Iver B. 1995. *Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations*. London: Routledge.

Novitsky, Evgeniy. 2020. “Rossiya i Braziliya: voyenno-politicheskiye svyazi na fone strategicheskogo partnerstva.” *Latinskaia Amerika* 9: 47. dx.doi.org/10.31857/s0044748x0010599-7.

Paula, Pécio Glória de. 2018. “Diplomacia e Defesa nos BRICS: Uma Breve Análise da Relação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil e na Rússia no Século XXI (2001–2015).” In *Anais do 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa* 1: 1–19. São Paulo: FFLCH/USP. www.enabed2018.abedef.org/site/anaiscomplementares#P.

Pecequilo, Cristina Soreanu. 2008. “A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 51, no. 2: 136–56. dx.doi.org/10.1590/s0034-73292008000200009.

Primakov, Yevgeny. 2003. “A World Without Superpowers.” *Russia in Global Affairs*. eng.globalaffairs.ru/articles/a-world-without-superpowers/.

Primakov, Yevgeny. 2005. “The United Nations: Challenges of Our Time.” *Russia in Global Affairs*. eng.globalaffairs.ru/articles/the-united-nations-challenges-of-our-time/.

Puig, Juan Carlos. 1980. *Doctrinas Internacionales y Autonomía Latinoamericana*. Caracas: Universidad Simón Bolívar.

Renz, Bettina. 2015. “The Russian Power Ministries and Security Services.” In *Routledge Handbook of Russian Politics and Society*, editado por Graeme Gill e James Young: 209–19. London: Routledge.

Rodgers, James. 2007. “Russian Ex-Spies Flex Their Muscles.” *BBC News* (Setembro). web.archive.org/web/20240609105217/http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6989107.stm.

Saconi, Alexandre. 2022. “Helicóptero Russo Mi-35M: Por Que Brasil Comprou e Por Que Vai Desativar.” *UOL Economia*. economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2022/08/13/mil-mi-35-mi-35m-helicoptero-ataque-fab-aeronautica-defesa-militar.htm.

Saint-Pierre, Héctor Luis. 2009. La Defensa en la Política Exterior del Brasil: El Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa. *Real Instituto Elcano*: 2-31.

Saint-Pierre, Héctor Luis, e Jonathan de Araujo de Assis. 2023. “Cosmotécnicas, Inteligencia Estratégica y el Derecho al Futuro.” *Revista Pensamiento Estratégico* — *Ademic* 3, no. 1: 12–20.

Saint-Pierre, Héctor L. e José A. Zague. 2014. “La Industria de la Defensa y la Autonomía Estratégica: El Caso de Brasil.” *Revista Patria* 2: 181–91.

Segrillo, Angelo. 2016. “Europe or Asia?: the question of Russia’s identity in the discussions between Westernizers, Slavophiles and Eurasianists and an analysis of the consequences in present day russia”. 279 f. Dissertação (Pós-Doutorado) — Curso de História, History Department (Ffch), Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 2016.

Silva, Peterson Ferreira da. 2017. “Programas de equipamento das Forças Armadas e transferência de tecnologia: os casos H-XBR e AH-X, no período 2008-2016”. *Revista Política Hoje* [s. l.] 26, no. 1: 107–28.

Silva, André Luiz da, e Lilia Ilkova. 2022. “A Política Externa Russa e Suas Relações com a América Latina e o Brasil.” *Iberoamerica* 4: 70–91 dx.doi.org/10.37656/s20768400-2022-4-04.

Sipri (Stockholm International Peace Research Institute). 2025. *Arms Transfers Database*. armstransfers.sipri.org/ArmsTransfer/TransferData/transferResults?logic=on.

Soares, Samuel Alves e Livia Peres Milani. 2016. “Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil”. *Relaciones Internacionales* 25, no. 50: 209–29 (Julho), La Plata. www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27662016000100003&lng=es&nrm=iso

Trenin, Dmitri. 2001. *The End of Eurasia: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Tsygankov, Andrei P. 2007. “Finding a Civilisational Idea: ‘West’, ‘Eurasia’, and ‘Euro-East’ in Russia’s Foreign Policy.” *Geopolitics* 12, no. 3: 375–99.

Tsygankov, Andrei P. 2019. *Russia’s Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. 5. ed. London: Rowman & Littlefield.

Tsygankov, Andrei P., e Pavel A. Tsygankov. 2021. “Constructing National Values: The Nationally Distinctive Turn in Russian IR Theory and Foreign Policy.” *Foreign Policy Analysis* 17, no. 4: 1–20. dx.doi.org/10.1093/fpa/orab022.

Tsyppkin, Mikhail. 1995. “The Politics of Russian Security Policy.” In *State Building and Military Power in Russia and the New States of Eurasia*, editado por Bruce Parrott: 27–66. Nova Iorque: Routledge.

Vigevani, Tullo e Gabriel Cepaluni. 2007. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação.” *Contexto Internacional* 29, no. 2: 273–335. dx.doi.org/10.1590/s0102-85292007000200002.

Vigevani, Tullo e Haroldo Ramanzini Júnior. 2014. “Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul.” *Dados: Revista de Ciências Sociais* 57, no. 2: 341–78.

Vigevani, Tullo, Gabriel Cepaluni, Matias Spektor e Daniela C. Oliveira. 2003. “Política Externa no Período FHC: A Busca de Autonomia pela Integração.” *Tempo Social* 15, no. 2: 31–61. dx.doi.org/10.1590/s0103-20702003000200003.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2004. “Figueiredo e a Diplomacia do Universalismo: Continuidade em Condições Adversas (1979/1985).” In *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro 2*. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

Winner, Langdon. 1980. “Do Artifacts Have Politics?” *Technology and the Future* 109, no. 1: 148–64.

Yakovlev, Petr. 2022. “Rossiya i Braziliya v Paradigme Strategicheskogo Partnerstva [Russia and Brazil in the Paradigm of Strategic Partnership].” *Perspektivy. Elektronnyy Zhurnal [Perspectives and Prospects. E-Journal]* 4: 30–46. dx.doi.org/10.32726/2411-3417-2022-4-30-46.

NOTA

1. Esse processo teve início em 1993, com a assinatura do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial, em que o Brasil adquiriu 56 sistemas de defesa aérea portáteis russos, Igla-S (Manpads) (Novitsky 2020; Yakovlev 2022).

COOPERAÇÃO EM DEFESA BRASIL-RÚSSIA: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS E OBSTÁCULOS DESDE 1990

RESUMO

Neste artigo é analisada a evolução da cooperação Brasil-Rússia no setor de defesa desde a década de 1990. Parte-se da seguinte questão: por que, apesar das convergências de interesse e das oportunidades identificadas desde o fim da Guerra Fria, a parceria estratégica não avançou de forma consistente nesse setor? Argumenta-se que, além de fatores políticos, econômicos e técnicos, a cooperação foi limitada por uma priorização histórica brasileira voltada à aquisição de armamentos ocidentais. Essa preferência reforça padrões de dependência e restringe a autonomia nacional no desenvolvimento tecnológico-militar. É utilizada uma combinação de revisão bibliográfica e abordagem historiográfica para examinar os principais projetos conjuntos promulgados desde 1990, bem como os desafios e resultados dessas iniciativas. A contribuição do estudo se insere nos campos da política externa e dos estudos estratégicos, ao apresentar como a socialização militar brasileira com modelos hegemônicos têm impacto nas possibilidades de parcerias alternativas às ocidentais no setor de defesa.

Palavras-chave: Cooperação Rússia-Brasil; Defesa; Política Externa; Socialização Militar.

ABSTRACT

This article analyses the evolution of Brazil-Russia cooperation in the defence sector since the 1990s. It starts with the following question: why, despite the convergence of interests and the opportunities identified since the end of the Cold War, has the strategic partnership not advanced consistently in this sector? It is argued that, in addition to political, economic and technical factors, cooperation has been limited by Brazil's historical prioritisation of the acquisition of Western armaments. This preference reinforces patterns of dependence and restricts national autonomy in military-technological development. A combination of bibliographical review and historiographical approach is used to examine the main joint projects enacted since 1990, as well as the challenges and results of these initiatives. The study's contribution falls within the fields of foreign policy and strategic studies by presenting how Brazilian military socialisation with Western models has an impact on the possibilities of alternative partnerships to hegemonic ones in the defence sector.

Keywords: Russia-Brazil Cooperation; Defence; Foreign Policy; Military Socialisation.

Recebido em 27/05/2025. Aceito para publicação em 02/09/2025.